



Liberdade cultural e desenvolvimento humano

A privação humana pode ocorrer de muitos modos, uns mais remediáveis do que outros. A abordagem do desenvolvimento humano tem sido muito usada na literatura do desenvolvimento (incluindo os primeiros *Relatórios do Desenvolvimento Humano*) para analisar várias fontes relevantes de sofrimento, que vão desde o analfabetismo e falta de cuidados de saúde ao desemprego e à indigência. No Relatório deste ano, há uma expansão substancial da cobertura e do âmbito, com particular incidência na importância da liberdade cultural e no prejuízo pessoal e social que pode resultar da penúria.

Esta reorientação não abandona os compromissos básicos da abordagem do desenvolvimento humano. A motivação subjacente continua a ser a busca de caminhos para melhorar a vida das pessoas e as liberdades de que podem desfrutar. A negação da liberdade cultural pode gerar privações significativas, empobrecendo vidas humanas e excluindo pessoas das ligações culturais que elas têm direito de procurar. Portanto, a perspectiva do desenvolvimento humano pode ser ampliada para acolher a importância da liberdade cultural.

As dimensões culturais do desenvolvimento exigem cuidadosa atenção por três razões. Primeiro, a liberdade cultural é um aspecto importante da liberdade humana, fundamental para a capacidade das pessoas viverem como querem e terem a oportunidade de escolher entre as opções que têm – ou podem ter. O avanço da liberdade cultural deve ser um aspecto central do desenvolvimento humano e exige que vamos para lá das oportunidades sociais, políticas e económicas, uma vez que por si sós não garantem liberdade cultural.

Segundo, ainda que tenha havido muita discussão nos últimos anos acerca da cultura e da civilização, houve menos incidência na liberdade cultural do que no reconhecimento – e até na celebração – do conservadorismo cultural. A abordagem do desenvolvimento humano tem algo para oferecer em matéria de clarificação da importância da liberdade humana nas esferas culturais. Em vez de glorificar o

aval excessivo às tradições herdadas, ou de avisar o mundo acerca da alegada inevitabilidade dos choques de civilizações, a perspectiva do desenvolvimento humano exige que a atenção vá para a importância da liberdade nas esferas culturais (tal como noutras) e para os modos de defender e expandir as liberdades culturais de que as pessoas gozam. A questão crítica não é apenas o significado da cultura tradicional – é a importância do grande alcance das escolhas e liberdades culturais.

Terceiro, a liberdade cultural é importante não só na esfera cultural, mas também nos êxitos e fracassos das esferas social, política e económica. As diferentes dimensões da vida humana têm fortes inter-relações. Mesmo a pobreza, uma ideia económica central, não pode ser devidamente entendida sem introduzir considerações culturais. Na verdade, a ligação estreita entre privação cultural e pobreza económica foi assinalada por um economista tão importante com Adam Smith, cujas obras esclareceram a relevância do desenvolvimento humano.

Smith não só defendeu que a pobreza assume a forma bruta de fome e privação física, mas também que ela pode surgir nas dificuldades que alguns grupos experimentam em tomar parte na vida social e cultural da comunidade. Em particular, a análise da pobreza e o diagnóstico das mercadorias que contam como “necessidades” não podem ser independentes (defendeu Smith) das exigências da cultura local. Escreveu ele: “Por bens de primeira necessidade entendo não só os que são indispensáveis para o sustento, mas todos os que o costume do país considera indigno para as pessoas não os possuírem, mesmo as das classes mais baixas. (...) O hábito, do mesmo modo, tornou os sapatos de cabedal uma necessidade na Inglaterra. A pessoa digna mais pobre de ambos os sexos ficaria com vergonha de aparecer sem eles em público.”¹

Na verdade, a cultura estabelece uma relação importante entre rendimentos relativos e capacidades humanas absolutas. A privação relativa de rendimentos na comunidade local pode levar à privação

A motivação subjacente continua a ser a busca de caminhos para melhorar a vida das pessoas e as liberdades de que podem desfrutar

Ainda que os atributos culturais muitas vezes sejam falsos, abrem caminho à discriminação e à exclusão

social absoluta. Por exemplo, ser relativamente pobre de rendimentos numa sociedade rica pode gerar pobreza absoluta, por causa da incapacidade de uma pessoa adquirir as mercadorias que o estilo de vida estabelecido nessa sociedade exige – mesmo que a pessoa possa ter um rendimento mais alto do que a maioria das pessoas nos países pobres do resto do mundo. Portanto, a própria noção de pobreza humana exige investigação cultural. Ao dar o reconhecimento adequado à liberdade cultural e às influências culturais no desenvolvimento humano, temos de prestar atenção ao poder das culturas estabelecidas nas nossas vidas e ao significado das interligações entre os aspectos culturais da vida humana e os outros aspectos.

PARTICIPAÇÃO E RECONHECIMENTO

A privação da liberdade, incluindo a liberdade cultural, assume muitas formas. O mesmo acontece com a discriminação, que pode levar a uma perda de liberdade. Como se discute neste Relatório, partes da população podem estar sujeitas a discriminação em diferentes esferas: política, socioeconómica e cultural. As muitas dimensões da privação – e da discriminação – exigem a compreensão das distinções entre os diferentes processos, se interrelacionados, através dos quais as liberdades das pessoas são coarctadas.

A privação funciona muitas vezes através do processo de exclusão. A exclusão cultural tem recebido ultimamente muita atenção. Mas temos de distinguir, claramente, duas formas de exclusão cultural.

EXCLUSÃO DA PARTICIPAÇÃO

Primeiro, a exclusão cultural de uma pessoa, ou grupo, pode assumir, por vezes, a forma de não permissão a essa pessoa, ou grupo, de participar na sociedade tal como se permite e se encoraja os outros a fazê-lo. Isto pode ser chamado de “exclusão da participação”. Excluir as pessoas da participação pode estar ligado a várias características das pessoas envolvidas, como género, etnicidade ou religião.

Em muitos casos de exclusão da participação, a principal base de discriminação é a filiação cultural das pessoas envolvidas, resultando na sua exclusão de participação na educação, emprego ou tomada de decisão política. Os argumentos utilizados para justificar essa exclusão tendem a invocar alegados atribu-

tos dos grupos envolvidos. Grupos étnicos específicos são referidos como preguiçosos, desordeiros ou irresponsáveis, membros de religiões minoritárias são suspeitos de ter lealdades contraditórias com as autoridades religiosas e o Estado, etc. Ainda que esses atributos culturais sejam muitas vezes falsos, abrem caminho à discriminação e à exclusão. Nalguns casos, as características identificadoras utilizadas na política discriminatória invocam directamente atributos culturais. Isto acontece, em particular, com a discriminação contra comunidades religiosas, mas também pode aplicar-se a grupos definidos pela língua, origem social, ou outra característica identificadora.

EXCLUSÃO DO MODO DE VIDA

Uma segunda forma de exclusão cultural nega o reconhecimento de um estilo de vida que um grupo pode optar por ter. E essa intolerância pode ser acompanhada pela insistência em que os membros do grupo têm de viver exactamente como os outros na sociedade. Esta “exclusão do modo de vida” exprime-se principalmente na intolerância religiosa – um importante desafio tratado por John Stuart Mill no seu famoso ensaio, “On Liberty” (1859).

As exclusões do modo de vida continuam a ser fortes em muitos contextos actuais, com várias manifestações. A intolerância religiosa, obviamente, continua a ser um tipo importante de exclusão. A intolerância de alguns padrões de comportamento na vida puramente pessoal é outro exemplo: o tratamento discriminatório de gays e lésbicas é uma forma comum de exclusão do modo de vida. Estas exclusões envolvem a violação directa da liberdade cultural, e aqui a violação da liberdade acompanha também uma negação da diversidade.

Este tipo de exclusão também pode ser uma questão grave em sociedades multiculturais com diversidade étnica, particularmente em relação a populações imigrantes recém-chegadas. A insistência em que os imigrantes abdicuem do seu estilo de vida tradicional e adoptem o estilo dominante na sociedade para onde emigraram ilustra uma forma comum de intolerância do estilo de vida no mundo contemporâneo.

Essa exigência pode estender-se mesmo a questões comportamentais insignificantes relativas à conduta dos imigrantes, como ficou famoso na Grã-Bretanha pelo significativo “teste de *cricket*” de Lorde Tebbit (um imigrante legítimo deve torcer

pela Inglaterra em provas de competição contra o seu país de origem). O teste de Tebbit tem o mérito da precisão, o que também pode ser um problema numa sociedade multicultural para identificar qual é realmente o estilo de vida dominante. Por exemplo, agora que o caril foi classificado como um “alimento britânico autêntico” pelo Conselho de Turismo Britânico (de acordo com os padrões de consumo correntes dos nativos da ilha), um imigrante da Ásia do Sul na Grã-Bretanha pode ter alguma dificuldade, sem a ajuda algorítmica de Tebbit, em determinar qual é o padrão de comportamento ao qual lhe pedem para se adaptar!

A exclusão do modo de vida pode ser uma área séria de injustiça.² Isto tem sido objecto de muito trabalho recente, incluindo as chamadas “políticas de reconhecimento”, que abrangem “a reivindicação do reconhecimento das perspectivas distintivas das minorias étnicas, ‘raciais’ e sexuais, bem como da diferença de género”.³ Na verdade, estas considerações são importantes para uma visão devidamente alargada da justiça, mas no contexto do desenvolvimento humano são vistas, mais imediatamente, como relevantes para o exercício da liberdade cultural, que – tal como outras liberdades – deve figurar na avaliação do desenvolvimento humano e na apreciação das suas falhas.

LIBERDADES, DIREITOS HUMANOS E O PAPEL DA DIVERSIDADE

A importância das liberdades humanas pode ser a base da sua ligação à ideia de direitos humanos. O reconhecimento dos direitos humanos não precisa de esperar pela sua legalização na forma de títulos legais. Muitas vezes, fornecem a motivação para essa legislação. Na verdade, mesmo a nomeação de algumas leis como “leis dos direitos humanos” indica essa ligação. Como Herbert Hart, o distinto teórico do direito, disse num famoso ensaio, as pessoas “falam dos seus direitos morais principalmente quando estão a defender a sua incorporação num sistema legal”.⁴

Na verdade, indo mais longe, o reconhecimento ético dos direitos humanos, sustentado pela discussão e argumentação públicas, pode ir – e vai – além de uma simples base para uma legislação possível.⁵ Através do activismo de indivíduos e grupos (incluindo organizações dedicadas aos direitos humanos), as liberdades reflectidas no reconhecimento dos direitos humanos pode proporcionar o terreno

para exigências públicas e até para agitação e acção colectiva generalizada (por exemplo, a favor do direito das minorias terem a liberdade de escolher o seu próprio estilo de vida). As próprias Nações Unidas têm-se empenhado fortemente na prossecução dos direitos humanos (em particular através dos Altos Comissariados das Nações Unidas para os Direitos Humanos e para os Refugiados), mesmo quando a legislação nacional deixou para trás normas éticas.

Como declarações formais de ética social, sustentadas pela argumentação pública aberta, os direitos humanos exigem diversas formas de execução. As liberdades subjacentes podem progredir através de várias acções públicas, incluindo o reconhecimento, a monitorização e a agitação, além da legislação e dos compromissos morais das pessoas envolvidas. A afirmação dos direitos humanos, baseada na importância da liberdade humana sob diversas formas, acompanha a necessidade de avaliar as razões para compreender as obrigações correspondentes. Uma vez, as obrigações estão especificadas exactamente, mas outras vezes apenas estão caracterizadas genericamente (incluem tanto “obrigações perfeitas”, como “obrigações imperfeitas”, para usar uma velha distinção Kantiana). A natureza e as exigências dos direitos humanos foram muito exploradas no *Relatório do Desenvolvimento Humano*.

Podemos destacar aqui o reconhecimento básico de que a ideia de direitos humanos se liga directamente à salvaguarda e ao progresso das liberdades humanas. Isso dá razão suficiente, dependendo das circunstâncias, para defender e promover instituições particulares e arranjos sociais. Mas esses programas só têm valor derivado e contingente e têm de ser avaliados em função do que realmente fazem pelos direitos humanos. A força ética dos direitos humanos depende, em última análise, da importância das liberdades humanas e não pode ser separada dessa ligação. Este reconhecimento elementar tem um amplo alcance.⁶

Um dos temas que tem recebido uma atenção considerável na literatura cultural contemporânea é a diversidade cultural. Por vezes, até se considera como direito humano o direito que grupos de pessoas têm, no seu conjunto. Os direitos de grupo têm muitas ambiguidades, mas não é difícil defender que, para serem levados a sério, o seu papel no alargamento das liberdades dos seres humanos tem de ser demonstrado. Mesmo sem entrar a fundo nos complexos debates que rodeiam a ideia de direitos

A intolerância pode ser acompanhada pela insistência em que os membros do grupo têm de viver exactamente como os outros na sociedade

Defender a diversidade cultural sob o pretexto de que foi isso que os diferentes grupos de pessoas herdaram é, claramente, não raciocinar com base na liberdade cultural

de grupo, a necessidade básica de ligar direitos a liberdades pode ser prontamente reconhecida.

Isto levanta, imediatamente, questões acerca do valor da diversidade cultural, uma vez que ela não é, em si, uma característica das liberdades humanas. Contudo, é fácil mostrar que a diversidade pode ser importante na esfera cultural. Se não for permitida a diversidade, muitas escolhas tornam-se inviáveis. Todavia, se nos concentrarmos na liberdade (incluindo a liberdade cultural), o significado de diversidade cultural deve variar juntamente com as suas ligações causais à liberdade humana.

Muito frequentemente, essas ligações são positivas e fortes. Na verdade, a diversidade pode ser tanto uma consequência do exercício da liberdade humana (particularmente da liberdade cultural) como uma fonte de enriquecimento social (particularmente de enriquecimento cultural). A diversidade cultural pode resultar bem se as pessoas forem autorizadas e encorajadas a viver como gostariam de viver. Isso poderia decorrer da discussão anterior acerca da inclusão do modo de vida. Por exemplo, a persistência de estilos de vida etnicamente diferentes e o reconhecimento, e respeito, das minorias sexuais pode tornar a sociedade culturalmente mais diversa, precisamente como resultado do exercício da liberdade cultural. Nestes casos, a importância da diversidade cultural decorrerá directamente do valor da liberdade cultural, uma vez que a primeira é consequência da segunda.

A diversidade cultural em si mesma também pode desempenhar um papel positivo. Por exemplo, uma sociedade culturalmente diversificada pode trazer benefícios a outras sociedades através da variedade de experiências que estas estão, por conseguinte, em situação de gozar. Por exemplo, pode defender-se plausivelmente que a rica tradição da música afro-americana – com a sua linhagem africana e evolução americana – não só ajudou a aumentar a liberdade cultural e o amor-próprio dos afro-americanos, mas também aumentou as opções culturais de todas as pessoas (afro-americanas ou não) e enriqueceu a paisagem cultural da América e, na verdade, do mundo.

Porém, a relação entre liberdade cultural e diversidade cultural exige exame mais profundo. O modo mais simples de ter diversidade cultural pode muito bem ser uma continuação conservadora da variedade de culturas que existe actualmente. Pode dizer-se coisa semelhante acerca da diversidade cultural den-

tro de um país específico, se tiver uma variedade de culturas dentro das suas fronteiras. Exigirá a defesa da diversidade cultural o apoio ao conservadorismo cultural, pedindo às pessoas que se agarrem à sua origem cultural e não tentem mudar para outros estilos de vida? Isso colocar-nos-ia imediatamente numa posição antiliberdade, a qual procuraria maneiras de bloquear a escolha de um modo de vida diferente que muitas pessoas podem desejar ter. Na verdade, poderíamos também estar no campo de um tipo diferente de exclusão: exclusão da participação, por oposição a exclusão do modo de vida, uma vez que as pessoas de culturas minoritárias seriam excluídas da participação no campo maioritário.

A insistência no conservadorismo cultural pode desencorajar – ou impedir – as pessoas de adoptarem um estilo de vida diferente e, mesmo, de aderir ao estilo de vida que outros, com origens culturalmente diferentes, normalmente seguem na sociedade em questão. A diversidade seria, então, realizada à custa da liberdade cultural. Se o importante, em última análise, for a liberdade cultural, a valorização da diversidade cultural deve então assumir uma forma contingente e condicional. Muita coisa dependerá do modo como essa diversidade for produzida e sustentada.

Na verdade, defender a diversidade cultural sob o pretexto de que foi isso que os diferentes grupos de pessoas herdaram é, claramente, não raciocinar com base na liberdade cultural (ainda que esse argumento seja apresentado por vezes como se fosse um raciocínio em favor da liberdade). Nada pode ser justificado em nome da liberdade sem realmente dar uma oportunidade para o exercício dessa liberdade ou, pelo menos, sem avaliar como seria utilizada uma oportunidade de escolha se ela estivesse disponível. A diversidade pode muito bem ser perseguida por outras razões que não a liberdade cultural. Mas justificar a manutenção das diversidades preexistentes na suposta base da liberdade cultural deve, na ausência de outros argumentos, ser um claro *non sequitur*.

IDENTIDADE, COMUNIDADE E LIBERDADE

As razões do cepticismo em dar prioridade automática à cultura herdada podem ser vistas em termos de quem faz que escolhas. Nascer num meio cultural específico não é um exercício de liberdade – muito pelo contrário. Só se associa com a liberdade cultural se a pessoa optar por continuar a viver nos termos dessa

cultura e se o fizer tendo tido a oportunidade de considerar outras alternativas. A questão central na liberdade cultural é a capacidade das pessoas viverem do modo como escolheram, com oportunidade suficiente de considerar outras opções. O peso normativo da liberdade dificilmente pode ser invocado quando nenhuma escolha – real ou potencial – é realmente considerada.

Acontece que algumas teorias comunitárias glorificaram a ausência de opção envolvida na “descoberta” da verdadeira identidade de uma pessoa. Michael Sandel explicou proveitosamente esta afirmação, que faz parte do “conceito constitutivo” de comunidade: “comunidade descreve não só o que eles *têm* enquanto concidadãos mas também o que *são*, não uma relação que escolhem (como na associação voluntária) mas uma vinculação que descobrem, não meramente um atributo mas um constituinte da sua identidade.”⁷ “O eu consegui os seus fins”, explica ainda Sandel, “não por opção mas por reflexão, de sujeito sabedor (ou inquiridor) para objecto de (auto) compreensão.”⁸ Nesta perspectiva, a organização social pode ser vista (como diz Crowley, outro autor comunitário) como tentativas para “criar oportunidades para os homens darem voz ao que descobriram acerca de si mesmos e do mundo e para persuadirem terceiros do seu valor”.⁹

A reivindicação de que a identidade não é uma questão de escolha mas, em última análise, uma questão de descoberta, requer uma análise mais profunda, e essa questão mais ampla será abordada mais adiante. Em relação à presente discussão, é relevante notar que a importância especial e a gravidade excepcional que estão ligadas, nesta perspectiva comunitária, a filiações e vinculações herdadas, se referem à sua criação baseada na descoberta, por oposição a coisas que são “meramente escolhidas”. Seja qual for o poder persuasivo dessa afirmação (certamente precisa de alguma justificação), ela está em conflito real com a importância atribuída à escolha e à liberdade de escolher.

Os comunitários têm razão, porém, em enfatizar a importância de um sentido de identidade na vida de uma pessoa. Menos claro é como a identidade pode ser uma questão de simples descoberta de algo acerca de si mesmo, em vez de, explícita ou implicitamente, exercer uma escolha. Essas escolhas são feitas constantemente – muitas vezes implicitamente, mas por vezes explicitamente, com clara consciência. Por exemplo, quando Mohandas Ghandi decidiu, depois de considerável reflexão, dar prioridade à sua identificação

com os indianos que procuravam a independência do regime britânico, em vez da sua identidade de causídico experiente dedicado à justiça inglesa, não pode haver dúvida de que ele estava, consciente e firmemente, a fazer uma opção. Noutros casos, a opção pode ser implícita ou obscura, e também defendida com muito menos grandiosidade do que a decisão de Ghandi, mas a opção pode não ser menos autêntica por essa razão.

Normalmente, cada indivíduo pode identificar-se com muitos grupos diferentes. Uma pessoa pode ter uma identidade de cidadania (por exemplo, ser francesa), de sexo (ser mulher), de raça (ser de origem chinesa), de origem regional (ser proveniente da Tailândia), de língua (ser fluente em tailandês, chinês e inglês, além de francês), política (ter ideias de esquerda), religiosa (ser budista), profissional (ser advogado), de localização (ser residente em Paris), de filiação desportiva (ser jogador de badminton e fã de golfe), de gosto musical (adorar jazz e hip-hop), de preferência literária (gostar de romances policiais), de hábitos alimentares (ser vegetariana), etc.

As escolhas não são ilimitadas (não se pode escolher a identidade, por exemplo, de esquimó ou de lutador de sumo, se não se for um deles). Mas dentro da gama de filiações que um indivíduo tem, pode escolher que prioridade dar a uma ou a outra, num contexto particular. O facto de ter todas estas filiações – e muitas outras – pode ser uma questão de “descoberta”, mas, mesmo assim, o indivíduo tem de pensar e decidir que prioridade relativa dar às suas várias filiações. O facto de ocorrerem descobertas não o isenta da necessidade de escolher, mesmo que a escolha seja feita implicitamente.¹⁰

A possibilidade de escolha é importante para evitar o que Anthony Appiah chamou de “novas tiranias”, na forma de identidades recém-reivindicadas, que podem tyrannizar pela eliminação das reivindicações de outras identidades que também podemos ter razões para aceitar e respeitar. Appiah exemplifica isto com a identidade de ser afro-americano. Essa identidade certamente ajudou no passado – e continua a ajudar hoje em dia – a procurar justiça racial na América. Mas também pode ser opressiva se for tomada como a única identidade que uma pessoa preta tem, sem ligar a outras reivindicações. Appiah põe assim a questão:

Para controlar este imperialismo da identidade – um imperialismo tão visível nas identidades raciais como em tudo o mais – é crucial lembrarmo-nos sempre de que não somos simplesmente pretos, brancos, amare-

Dentro da gama de filiações que um indivíduo tem, pode escolher que prioridade dar a uma, ou outra, num contexto particular

As críticas culturais das vítimas podem ser utilizadas pelos governantes para justificar tiranias altamente ineficientes – assim como profundamente iníquas

los, castanhos, *gays*, heterossexuais, bissexuais, judeus, cristãos, muçulmanos, budistas, confucionistas, mas também irmãos e irmãs; pais e filhos; liberais, conservadores e esquerdistas; professores e advogados, construtores de automóveis e jardineiros; fãs dos Padres e dos Bruins; apreciadores de *grunge rock* e apaixonados por Wagner; entusiastas de cinema; MTV-ólicos, leitores de histórias de mistério; surfistas e cantores; poetas e amigos dos animais; estudantes e professores; amigos e amantes. A identidade racial pode ser a base da resistência ao racismo – e embora tenhamos feito grandes progressos, ainda temos muito caminho a percorrer – mas não deixemos que as nossas identidades raciais nos sujeitem a novas tiranias.¹¹

Vejamos um exemplo diferente – e mais sinistro. Quando, há uma década, os instigadores hutus tentaram (e em certa medida conseguiram) persuadir outros membros da comunidade hutu do Ruanda de que podiam ver perfeitamente que eles eram indubitavelmente hutus (a não confundir com “aqueles horríveis tutsis”), podia-se ter resistido aos assassínios absurdos que se seguiram invocando identidades mais amplas dos hutus, por exemplo, como ruandeses, ou como africanos, ou de modo ainda mais amplo como seres humanos. Ver a identidade meramente como uma questão de descoberta pode não ser só uma confusão conceptual. Também pode levar ao abandono de um dever dos seres humanos ponderados – o dever moral de considerar como gostariam de se ver e com quem gostariam de se identificar (se apenas com a comunidade de hutus, ou também com a nação dos ruandeses, com a categoria de africanos, ou com a colectividade de seres humanos). A liberdade de escolher é importante não só para os indivíduos que podem fazer a escolha, mas também pode ser importante para outros, quando a responsabilidade que acompanha a escolha for adequadamente compreendida.

INTOLERANCIA E ALIENAÇÃO

Uma teoria complicada pode, por vezes, reforçar uma intolerância sem complicações e tornar o mundo num lugar mais combustível do que seria de outra maneira.¹² As generalizações culturais apressadas podem tirar o lugar a um entendimento mais profundo da cultura e servir de instrumento ao preconceito sectário, à discriminação social e até à tirania política. Simples gene-

ralizações culturais, com grande poder na moldagem de modos de pensar, abundam nas crenças populares e na comunicação informal. Objecto de muitas anedotas e calúnias étnicas, estas crenças mal examinadas também podem aflorar como grandes teorias perniciosas. Uma correlação accidental entre preconceito e observação social (mesmo que seja fortuita) leva ao nascimento de uma teoria que pode manter-se mesmo depois de desaparecer a correlação ocasional.

Por exemplo, anedotas acerca de irlandeses (como aquela “Quantos irlandeses são precisos para mudar uma lâmpada?”) tiveram alguma circulação em Inglaterra durante muito tempo. Pareciam ajustar-se bem à difícil situação depressiva da economia irlandesa, quando esteve numa longa depressão. Mas quando a economia começou a crescer com espantosa velocidade, a estereotipia cultural e a sua relevância económica e social alegadamente profunda não desapareceram. As teorias têm vida própria, muitas vezes em oposição ao mundo que na realidade pode ser observado.

As ligações entre intolerância cultural e tirania política também podem ser muito estreitas. A assimetria de poder entre governante e governado, quando combinada com preconceitos culturais, pode resultar em fracassos injuriosos da governação, como se observou, de modo devastador, nas fomes irlandesas da década de 1840. Como disse Richard Lebow, a pobreza na Irlanda era geralmente vista em Inglaterra como sendo provocada pela preguiça, indiferença e inaptidão, pelo que a “missão da Grã-Bretanha” não era vista como sendo para “aliviar as dificuldades irlandesas mas civilizar o seu povo e levá-lo a sentir-se e a agir como seres humanos”.¹³ Utilizações similares do preconceito cultural para fins políticos podem ser vistas na história dos impérios europeus em África e na Ásia. A famosa observação de Winston Churchill de que as fomes de Bengala, de 1943, foram causadas pela tendência das pessoas nativas para se “reproduzirem como coelhos” pertence a essa tradição geral de culpar a vítima colonial. E teve um efeito profundo nos esforços de socorro durante essa fome desastrosa. As críticas culturais das vítimas podem ser utilizadas pelos governantes para justificar tiranias altamente ineficientes – assim como profundamente iníquas.

DETERMINISMO CULTURAL

Embora o casamento entre o preconceito cultural e a assimetria política possa ser letal, a necessidade de

ter cuidado com o salto para conclusões culturais é mais penetrante.¹⁴ Pressupostos culturais não examinados até podem influenciar o modo como os peritos vêem o desenvolvimento económico. As teorias são muitas vezes extraídas de provas insuficientes. Meias verdades, ou quartos de verdade, podem enganar grosseiramente – por vezes ainda mais do que a falsidade total, que é mais fácil de denunciar.

Vejamos este argumento do influente livro, *Culture Matters*, editado conjuntamente por Lawrence Harrison e Samuel Huntington. No ensaio introdutório, “As Culturas Contam”, Huntington escreve:

“No princípio dos anos de 1990, aconteceu que encontrei dados económicos sobre o Gana e a Coreia do Sul do princípio dos anos de 1960 e fiquei espantado por ver como as duas economias eram semelhantes naquela altura. (...) Trinta anos mais tarde, a Coreia do Sul tinha-se tornado num gigante industrial, com a décima quarta maior economia do mundo, empresas multinacionais, importantes exportações de automóveis, equipamento electrónico e outros produtos sofisticados e um rendimento per capita aproximadamente igual ao da Grécia. Além disso, estava a caminho da consolidação de instituições democráticas. Não tinham ocorrido mudanças dessas no Gana, cujo rendimento per capita era agora de cerca de um quinto do da Coreia do Sul. Como poderia ser explicada esta extraordinária diferença de desenvolvimento? Indubitavelmente, muitos factores desempenharam um papel, mas parecia-me que a cultura tinha de constituir uma grande parte da explicação. Os sul-coreanos valorizavam a poupança, o investimento, muito trabalho, a educação, a organização e a disciplina. Os ganeses tinham valores diferentes. Em suma, as culturas contam.¹⁵”

É bem possível que haja algo de interesse nesta sedutora comparação (talvez até um quarto de verdade retirado do contexto) e a comparação pede uma investigação. Mas a história causal é profundamente enganadora. Havia muitas diferenças importantes – para além das predisposições culturais – entre o Gana e a Coreia do Sul nos anos de 1960, quando os países pareceram a Huntington muito semelhantes, excepto quanto à cultura. As estruturas de classe dos dois países eram muito diferentes, tendo as classes empresariais da Coreia um papel muito maior. A política também era muito diferente, com o governo da Coreia ansioso por desempenhar um papel di-

namizador no lançamento do desenvolvimento económico baseado nas empresas, de um modo que não se aplicava ao Gana. A estreita relação entre a economia coreana e as economias japonesa e norte-americana também fez uma grande diferença, pelo menos nas primeiras fases do desenvolvimento coreano. O mais importante talvez fosse que, nos anos de 1960, a Coreia tinha uma taxa de alfabetização muito mais alta e um sistema escolar mais extenso do que o Gana. As mudanças coreanas tinham sido ocasionadas em grande medida através de uma política pública resoluta desde a Segunda Guerra Mundial e não eram simplesmente um reflexo da muito antiga cultura coreana.

Claro que houve tentativas anteriores de utilizar o determinismo cultural para explicar o desenvolvimento económico. Há um século, Max Weber (1930) apresentou uma importante tese sobre o papel decisivo da ética protestante (em particular, do calvinismo) no desenvolvimento com êxito de uma economia industrial capitalista. A análise de Weber sobre o papel da cultura na emergência do capitalismo resultava da forma como ele observava o mundo no fim do século XIX. A sua análise é de particular interesse no mundo contemporâneo, especialmente à luz do recente êxito das economias de mercado em sociedades não protestantes.

Pode haver muito a aprender com essas teorias, e as ligações empíricas que patenteiam podem ser muito perspicazes. Todavia, também é notável a frequência com que aspectos específicos de explicações culturais, baseadas na observação do passado, foram minados por experiências posteriores. Na verdade, as teorias do determinismo cultural têm estado, muitas vezes, um passo atrás do mundo real.

GLOBALIZAÇÃO, ASSIMETRIA E DEMOCRACIA

Há mais a dizer acerca da escolha de identidade, em particular sobre os problemas de equidade – e de justiça distributiva – que têm de ser enfrentados na análise das implicações da inclusão cultural, bem como da diversidade cultural. Mas antes de o fazer, é útil examinar dois fenómenos especiais – ou alegados fenómenos – do mundo contemporâneo, que têm exercido considerável influência em recentes discussões da identidade cultural. Podem ser denominados conjuntamente – na falta de melhor expressão – como o futuro da diversidade cultural no mundo globalizado. Tratam do impacte da globalização, e

As teorias do determinismo cultural têm estado, muitas vezes, um passo atrás do mundo real

A necessidade da tomada de decisão participativa sobre o tipo de sociedade em que as pessoas querem viver deve ter um valor compreensivo

do poder assimétrico que a acompanha, e da tese de que existe uma tendência persistente para as civilizações se chocarem, o que pode tornar o mundo num local muito violento e perturbador.

PODER ASSIMÉTRICO DA GLOBALIZAÇÃO?

Uma das preocupações que muitas pessoas têm ao pensar hoje em dia na salvaguarda da liberdade cultural diz respeito à influência esmagadora da cultura ocidental, especialmente do seu “consumismo”, no mundo globalizado em que vivemos. Põe-se muitas vezes a questão, de modo plausível, de que ser livre para escolher um estilo de vida não é, no mundo actual, apenas uma questão de ser autorizado a escolher livremente. Também é uma questão de saber se as pessoas de civilizações mais marginalizadas conseguem resistir à influência do Ocidente. Esta preocupação merece certamente atenção, dada a evidente precariedade das culturas locais num mundo tão dominado pela ameaçadora exposição às influências ocidentais.

Há pelo menos duas questões que são aqui de particular interesse. Primeiro, há o poder e a força da cultura de mercado em geral, que é parte e parcela da forma que, cada vez mais, a globalização económica tem tomado. Os que acham que os valores e as prioridades das culturas relacionadas com o mercado são vulgares e empobrecedores (mesmo muitas pessoas do Ocidente têm este ponto de vista) tendem a achar a própria globalização muito censurável. Todavia, também é muito frequente acharem difícil resistir à globalização baseada no mercado, dado o alcance e a força da economia de mercado e o grande volume de recursos que pode aplicar na remodelação do mundo.

O segundo problema diz respeito à assimetria do poder entre o Ocidente e outros países e à probabilidade de essa assimetria vir a traduzir-se na destruição de culturas locais (poesia, teatro, música, dança, hábitos alimentares, etc.). Uma tal perda, argumenta-se plausivelmente, empobreceria culturalmente as sociedades não ocidentais. Dado o constante bombardeamento cultural que tende a vir das metrópoles ocidentais (desde o *fast food* até à *blast music*), há genuínos receios de que as tradições nativas possam ser esmagadas pela fuzilaria.

Essas ameaças são indubitavelmente reais e, em grande medida, também pode ser difícil combatê-las. A solução dificilmente pode consistir numa travagem

da globalização do comércio e das trocas, quer porque o comércio internacional pode trazer vantagens económicas que muitos países valorizam muito, quer porque é difícil resistir às forças de intercâmbio económico e da divisão do trabalho num mundo em interacção.

Uma linha plausível de resposta ao problema da assimetria pode, porém, tomar a forma de reforço das oportunidades construtivas que as culturas locais têm – e podem ser ajudadas a ter – para se protegerem e resistirem à possibilidade de serem ultrapassadas em armas pelas forças da invasão cultural. Se as importações estrangeiras dominam por causa do maior controlo das ondas de rádio, canais de televisão, etc., uma política de neutralização deve, seguramente, envolver o aumento das facilidades disponíveis para a cultura local apresentar as suas próprias criações, tanto localmente como no exterior. Os custos envolvidos no seguimento desse caminho construtivo podem não ser tão proibitivos como as pessoas poderiam pensar, uma vez que as comunicações se tornaram muito mais baratas no mundo contemporâneo. Isto também seria uma resposta positiva, diferente da tentação, que aflora com alguma frequência, de proibir a influência estrangeira através de legislação ou de decreto governamental.

A possibilidade construtiva de dar muito mais apoio às actividades culturais locais não só ajudaria a fortalecê-las – também lhes permitiria enfrentar uma concorrência mais igual. Na perspectiva favorável à liberdade, há muito mérito em tomar esse caminho, em vez de fazer as culturas locais prevalecer simplesmente através da proscrição da concorrência. É importante assegurar que o bebé da liberdade cultural não seja deitado fora com a água do banho da concorrência desigual.

A questão decisiva, em última análise, tem de ser uma questão de democracia. A necessidade da tomada de decisão participativa sobre o tipo de sociedade em que as pessoas querem viver deve ter um valor compreensivo, baseado numa discussão aberta, com oportunidades adequadas para a expressão das posições minoritárias. A questão da inclusão política (dar às pessoas a liberdade de participar nas escolhas políticas, em vez de serem ignoradas por potentados autoritários) é particularmente relevante aqui, na salvaguarda da liberdade cultural (na liberdade das pessoas escolherem o seu próprio estilo de vida). Não podemos, ao mesmo tempo, querer a democracia e, apesar disso, excluir certas escolhas, com pretextos

tos tradicionalistas, por causa do seu carácter estranho (independentemente do que as pessoas escolhessem, de modo informado e ponderado). O valor da democracia tem de resistir à exclusão da liberdade de escolha dos cidadãos através da sanção oficial das autoridades políticas (ou de ordens das instituições religiosas, ou de pronunciamentos dos grandes guardiões do “gosto nacional”), independentemente de essas autoridades (ou instituições, ou guardiões) acharem inadequadas as novas predileções. Este é um campo, entre outros, em que a liberdade cultural e a liberdade política podem com vantagem ser vistas juntas.¹⁶

CIVILIZAÇÕES E HISTÓRIA MUNDIAL

Se o medo da globalização é uma preocupação geral que muitas pessoas exprimem ao lidar com a liberdade cultural, o pavor de um “choque de civilizações” (como Huntington lhe chama) é outra preocupação que tem sido muito referido nos últimos anos. A tese tem muitas componentes, mas parece ser uma preocupação geral que a pluralista e tolerante civilização ocidental esteja actualmente sob ameaça constante de culturas menos tolerantes e mais autoritárias.

Na verdade, se assumíssemos que as pessoas nas civilizações não ocidentais são constantemente tentadas por valores autoritários (e talvez até pelo engodo da violência), então não seria difícil de entender o medo de que a diversidade cultural do mundo tenha graves consequências. Mas até que ponto é razoável a análise cultural que está subjacente a esse medo? E até que ponto é fiável a leitura da história que sustenta essa análise cultural? Há razões para ser céptico em relação a ambas. As categorias civilizacionais estão longe de ser bem definidas e a história simulada que acompanha a tese do choque das civilizações exagera esses contrastes, em parte negligenciando as heterogeneidades dentro de cada cultura, mas também ignorando interações históricas entre as diferentes culturas.

A reivindicação específica de que a tolerância é uma característica especial – e quase ímpar – da civilização ocidental, que se estende ao longo do tempo na história, é particularmente difícil de sustentar. Não se trata de negar que a tolerância e a liberdade estão entre as importantes realizações da Europa moderna (a despeito de algumas aberrações, como os regimes imperialistas brutais ao longo de dois séculos e as atrocidades nazis de há seis décadas). Na

verdade, o mundo tem muito que aprender com a história recente da Europa e do mundo ocidental, particularmente desde o período do Iluminismo europeu. Mas ver aí uma única linha de divisão histórica – que recua ao longo da história – é marcadamente fantasista. A história do mundo não sugere nada como uma divisão entre uma história de longo prazo da tolerância ocidental e a do despotismo não ocidental.

A liberdade política e a tolerância, na sua ampla forma contemporânea, não constituem uma velha característica histórica em nenhum país, ou civilização. Platão e Santo Agostinho não tinham um pensamento menos autoritário do que Confúcio e Kautilya. Claro que havia defensores da tolerância no pensamento clássico europeu, mas também há muitos exemplos semelhantes noutras culturas. Por exemplo, na Índia, a dedicada defesa da tolerância, incluindo a religiosa, feita pelo imperador Achoka no século III AC (argumentando que “todas as seitas dos outros povos merecem reverência por uma razão ou outra”) está certamente entre as primeiras defesas políticas da tolerância, seja onde for. Igualmente, quando um imperador indiano posterior, Aqbar, o Grão-Mogol, fazia proclamações comparáveis sobre tolerância religiosa, no fim do século XVI (como: “não se interferirá com ninguém por motivo da religião e qualquer pessoa será autorizada a passar para uma religião que lhe agrade”), a Inquisição estava no auge na Europa. Pegando noutra exemplo, quando o filósofo judeu Meimónidas foi obrigado a emigrar de uma Europa intolerante no século XII, encontrou um refúgio tolerante no mundo árabe e foi-lhe dada uma posição de honra e influente na corte do imperador Saladino, no Cairo. O seu tolerante anfitrião foi o mesmo Saladino que lutou muito pelo Islão nas Cruzadas.

Na verdade, a própria ideia de democracia, na forma de argumentação pública participativa, apareceu em diferentes civilizações e em diferentes períodos da história mundial.¹⁷ No Japão do princípio do século VII, o príncipe budista Shotoku, regente da mãe, a imperatriz Suiko, introduziu uma constituição relativamente liberal ou *kempo* (conhecida como “a constituição de 17 artigos”) em 604 DC. No espírito da Magna Carta (assinada seis séculos depois, em 1215 DC), a *kempo* insistia: “As decisões sobre questões importantes não devem ser tomadas só por uma pessoa. Devem ser discutidas com muitas.” Acerca da tolerância, diz: “Não fiquemos sentidos

A reivindicação específica de que a tolerância é uma característica especial da civilização ocidental, que se estende ao longo do tempo na história, é particularmente difícil de sustentar

A construção de sociedades justas e humanas exige o reconhecimento adequado da importância das liberdades em geral, que incluem a liberdade cultural

quando outros diferem de nós. Porque todos os homens têm coração, e cada coração tem as suas próprias inclinações. O que está certo para eles está errado para nós, e o que está certo para nós está errado para eles.”¹⁸

Exemplos de defesa da discussão pública e de procura de pontos de vista diferentes – e conflituantes – figuram na história de outros países do mundo, tanto no Ocidente como fora dele. Continuam a ser de relevância contemporânea no pensamento acerca da viabilidade de uma democracia tolerante no mundo de hoje. Quando a Índia se tornou independente, em 1947, a comissão que redigiu a sua constituição, liderada por B. R. Ambedkar, teve de considerar as próprias tradições da Índia (incluindo as de tolerância política e democracia local), além de aprender com a emergência gradual de democracias ocidentais ao longo dos últimos dois séculos.

Igualmente, Nelson Mandela, na sua autobiografia *Long Walk to Freedom*, descreve como foi influenciado, quando jovem, pela natureza democrática das reuniões locais que se realizavam na casa do regente, em Mqhekezweni:

Toda a gente que quisesse falar falava. Era democracia na sua forma mais pura. Podia haver uma hierarquia de importância entre os oradores, mas toda a gente era ouvida, chefe e súbdito, guerreiro e curandeiro, lojista e agricultor, proprietário e trabalhador... O fundamento do autogoverno era que todos os homens eram livres de exprimir as suas opiniões e iguais no seu valor como cidadãos.¹⁹

As grandes linhas que recentemente foram traçadas para dar forma ao medo de um choque de civilizações são especialmente cegas em relação à história do mundo. As classificações baseiam-se, frequentemente, numa inocência histórica extraordinariamente cruel e extrema. A diversidade de tradições dentro de civilizações distintas é efectivamente ignorada, e fazem-se desaparecer importantes intervenções mundiais na ciência, tecnologia, matemática e na literatura, ao longo de milénios, para dar crédito a uma visão paroquial do carácter ímpar da civilização ocidental.

Há um problema metodológico fundamental na assunção de que uma civilização segmentada é a única distinção relevante e que deve sobrepor-se a outros modos de identificar pessoas. Outras divisões (digamos, entre ricos e pobres, entre membros de

diferentes classes e profissões, entre pessoas de diferentes opiniões políticas, entre nacionalidades e locais de residência distintos, entre grupos linguísticos, etc.) são submergidas por este modo alegadamente superior de ver as diferenças entre as pessoas. Não basta que aqueles que poderiam fomentar a confrontação global, ou a violência sectária local, tentem impor uma identidade unitária e divisiva pré-seleccionada às pessoas que são recrutadas como soldados rasos da brutalidade política. São indirectamente ajudados nessa tarefa pelo apoio implícito que os guerreiros recebem de teorias de categorização singular das pessoas do mundo.

Há uma omissão notável do papel da escolha e da argumentação nas decisões acerca da importância a atribuir à filiação em qualquer grupo específico, ou qualquer identidade específica. Adoptando um modo único e alegadamente superior de categorizar as pessoas, a segmentação da civilização pode contribuir materialmente para o conflito no mundo. Negar a escolha quando ela existe não é apenas uma má compreensão do que é o mundo. É, também, delinquência ética e negligência política da responsabilidade.

CONCLUSÕES

A construção de sociedades justas e humanas exige o reconhecimento adequado da importância das liberdades em geral, que incluem a liberdade cultural. Isso exige que sejam asseguradas e aumentadas construtivamente as oportunidades que as pessoas têm para escolher como hão-de viver e para considerar estilos de vida alternativos. As considerações culturais podem figurar de forma proeminente nessas escolhas.

Enfatizar a liberdade cultural não é exactamente o mesmo que fazer tudo para alcançar a diversidade cultural. É certamente verdade que permitir a diversidade das práticas culturais pode ser extremamente importante, uma vez que o exercício da liberdade cultural depende disso. Isto, porém, não é o mesmo que defender a diversidade cultural por si só. Muito coisa dependeria do modo como a diversidade cultural surgisse e do grau em que as pessoas envolvidas pudessem exercer a sua liberdade. Seria um grave erro olhar a diversidade cultural como valiosa independentemente da maneira como surgisse. Na verdade, a diversidade cultural não pode ser avaliada, em particular na perspectiva do desen-

CONTRIBUIÇÃO ESPECIAL

Os direitos humanos incorporam os valores fundamentais das civilizações humanas

As pessoas são diferentes, como diferentes são as suas culturas.

As pessoas vivem de modos diferentes e as civilizações também diferem.

As pessoas falam em várias línguas.

As pessoas são guiadas por diversas religiões.

As pessoas nascem com cores diferentes e muitas tradições influenciam a sua vida, com cores e sombras variadas.

As pessoas vestem-se de modo diferente e adaptam-se ao seu ambiente de forma diferente.

As pessoas exprimem-se de modo diferente. A música, literatura e arte também reflectem estilos diferentes.

Mas apesar dessas diferenças, todas as pessoas têm em comum um atributo simples: são seres humanos, nada mais, nada menos.

E por mais diferentes que sejam, todas as culturas incluem certos princípios comuns:

Nenhuma cultura tolera a exploração de seres humanos.

Nenhuma religião permite que se mate o inocente.

Nenhuma civilização aceita a violência ou o terror.

A tortura é repugnante para a consciência humana.

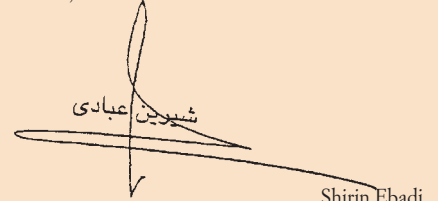
A brutalidade e a crueldade são horríveis em todas as tradições.

Em suma, estes princípios comuns, que são partilhados por todas as civilizações, reflectem os nossos direitos humanos fundamentais. Estes direitos são muito apreciados e acarinhados por toda a gente, em toda a parte.

Assim, a relatividade cultural nunca devia ser usada como pretexto para violar os direitos humanos, uma vez que estes direitos incorporam os valores mais

fundamentais das civilizações humanas. É preciso que a Declaração Universal dos Direitos Humanos seja universal, aplicável tanto a Leste como a Oeste. É compatível com toda a fé e religião. Fracassar no respeito pelos direitos humanos só mina a nossa humanidade.

Não destruamos esta verdade fundamental; se o fizermos, os fracos não terão uma alternativa.



Shirin Ebadi

Vencedor do Prémio Nobel da Paz de 2003

volvimento humano, sem ter em conta os processos envolvidos e o papel da liberdade humana na maneira como as coisas são decididas.

A análise neste capítulo leva a algumas conclusões claras, prosseguidas de perto nos capítulos seguintes. Primeiro, uma maior extensão da diversidade cultural pode ser consequência do exercício da liberdade cultural por todos (incluindo as minorias étnicas, sexuais ou sociais). Quando for esse o caso, haverá uma razão forte para celebrar a diversidade cultural e para fazer o que for preciso para a defender. A aclamação da diversidade, nesta argumentação, vem do valor da liberdade cultural – um valor que se conforma totalmente com a importância das liberdades em geral.

Segundo, a diversidade cultural numa sociedade também pode dar a todas as pessoas dessa sociedade – independentemente do seu meio – a oportunidade para desfrutar de uma ampla gama de escolhas culturais. Isto também se articula, em última instância, com a liberdade cultural, neste caso como facilitadora e não como consequência do exercício da liberdade cultural, como no último caso. Também aqui a diversidade cultural deveria merecer aplausos, ao expandir a gama cultural da vida social e, assim, aumentar as opções de que as pessoas realmente dispõem para escolher a sua maneira de viver. Isto também faz parte de uma defesa da diversidade cultural baseada na liberdade.

Terceiro, o exercício da liberdade cultural pode, por vezes, levar a uma redução da diversidade cul-

tural – em vez do seu aumento –, quando as pessoas se adaptam aos estilos de vida dos outros e escolhem, de modo ponderado, seguir esse caminho (sem o estorvo da exclusão do modo de vida). Quando isso ocorre, opor-se à liberdade cultural sob o pretexto de ela reduzir a diversidade cultural seria um disparate, uma vez que a liberdade tem uma importância constitutiva – e intrínseca – própria que a diversidade não tem.

Relacionada com esta questão está a valorização do conservadorismo cultural, muitas vezes defendido sob o pretexto de que reter a cultura “própria” de uma pessoa é uma medida a favor da liberdade. Mas assumir que uma compulsão para reter a cultura ancestral e herdada deve ser, de algum modo, um exercício de liberdade é uma confusão conceptual. Esse assunto também está relacionado com o papel da escolha na determinação da identidade. Uma vez que todos os indivíduos pertencem a muitos grupos, que têm muitos modos diferentes de se identificar e que têm de decidir como lidar com as diferentes prioridades correspondentes – possivelmente contraditórias –, não há maneira de evitar a escolha (mesmo que ela seja feita implicitamente e, talvez, imperceptivelmente). Isto não nega que, frequentemente, sejam feitas “descobertas” sobre se uma pessoa pertence a um grupo, ou outro (e podem ser descobertas importantes), mas isso não elimina a necessidade de escolha.

Negar a escolha quando ela existe não é apenas um erro factual, também pode ter graves conse-

É particularmente importante não cair na confusão de considerar o tradicionalismo não examinado como parte do exercício da liberdade cultural

quências morais num mundo em que são vulgares os conflitos – e brutalidades – baseados na identidade. A natureza inclusiva de uma sociedade dependerá muito da clarificação do papel da escolha na identidade e da necessidade de “raciocinar perante a identidade”. Na verdade, entender a responsabilidade da escolha pode ajudar muito a garantir que as questões morais relevantes relacionadas com a existência social de uma pessoa sejam adequadamente tratadas.

A importância da liberdade liga bem com a necessidade de equidade na procura da liberdade. Estão envolvidas as liberdades de diferentes pessoas e focar a liberdade exige que seja prestada atenção às liberdades de todos – e isto articula-se com considerações de equidade. É importante ter sempre em vista a questão da equidade, por causa do seu grande alcance. Não há tensão básica – como por vezes se alega – entre liberdade e equidade. Na verdade, a equidade pode ser vista em termos de progresso equitativo das liberdades de todas as pessoas (em vez da mera perspectiva da distribuição do rendimento, ou da perspectiva ainda mais limitada da “redistribuição” a partir de um ponto de partida essencialmente arbitrário). Visto deste modo, é possível usar consistentemente os conceitos básicos de liberdade e equidade na avaliação das exigências de inclusão social e dos méritos contingentes da diversidade cultural.

Podemos considerar rapidamente um caso difícil – ou alegadamente difícil – para exemplificar os argumentos que podem ser invocados. Tem sido feita, com bastante perspicácia, a seguinte pergunta: “O multiculturalismo é mau para as mulheres?”²⁰ Essa questão relaciona-se com o facto muito discutido de que a continuação de muitas das práticas da sociedade tradicional dominada pelos homens pode ir contra os interesses e as oportunidades das mulheres. Defender a sua conservação sob o pretexto da importância do multiculturalismo não serve bem os interesses das mulheres. Casos extremos deste tipo de conflito podem envolver práticas específicas (como mutilações físicas) que são sancionadas pelas leis de algumas culturas predominantes, mas que podem ser especialmente prejudiciais para a capacidade das mulheres conduzirem a sua própria vida e exercerem as suas próprias liberdades.

Ao tratar esta questão, é importante ver a liberdade numa perspectiva suficientemente ampla. Em defesa de práticas correntes, salienta-se, por vezes, que as próprias mulheres aceitam normalmente essas

regras culturais sem protestar. Mas muitas iniquidades continuam a sobreviver e a prosperar no mundo, fazendo-se de aliadas das vítimas, negando-lhes a oportunidade de considerar alternativas e obstruindo o conhecimento de outros arranjos viáveis noutras comunidades. Portanto, é particularmente importante não cair na confusão de considerar o tradicionalismo não examinado como parte do exercício da liberdade cultural. É necessário perguntar se os mais fracos da sociedade – neste caso, as mulheres cujas vidas podem ser afectadas negativamente por essas práticas – tiveram oportunidade de considerar outras alternativas e a liberdade de saber como vivem as pessoas do resto do mundo. A necessidade da argumentação e da liberdade é central na perspectiva que aqui tem sido usada.

As defesas putativas do tradicionalismo conservador poderiam ser – e têm sido – propostas noutras bases. Poderão essas práticas ser defendidas com base no valor do multiculturalismo? Poderão ser defendidas na causa da diversidade cultural? A segunda pergunta é de resposta bastante fácil. A diversidade cultural não é, como já se disse, um valor em si mesma, pelo menos não na abordagem do desenvolvimento humano (com o seu enfoque nas liberdades humanas e no seu progresso equitativo). O valor da diversidade cultural assenta na sua articulação positiva – como é muitas vezes o caso – com a liberdade cultural. Invocar o valor contingente da diversidade cultural em defesa de práticas que negam às mulheres a sua liberdade básica de escolher seria manifestamente perverso, uma vez que a liberdade das mulheres envolvidas é violada, e não promovida, através desses arranjos. Nem a equidade, no sentido da equidade das liberdades, pode ser promovida desse modo.

Se, porém, a expansão da diversidade cultural, ou qualquer crescimento do “multiculturalismo”, for considerada como um objecto de valor em si mesma – independentemente do que fizer à vida das pessoas envolvidas – então estaremos num território cujos limites já foram muito discutidos na literatura do desenvolvimento humano. Mesmo a opulência económica – importante como é – pode não ser considerada valiosa em si mesma e só pode ser vista como muito importante na medida em que se conforme com aquilo cuja posse as pessoas valorizam. Na perspectiva do desenvolvimento humano, o multiculturalismo tem de ser avaliado pelo que faz à vida e às liberdades das pessoas envolvidas.

Na verdade, ver a expansão do multiculturalismo como um fim em si mesma pode produzir, com facilidade, uma situação em que as liberdades dos membros individuais de uma comunidade – neste caso, os membros femininos – são gravemente violadas. Isto vai profundamente contra a importância da liberdade humana, que se aplica tanto às mulheres como aos homens, e tanto aos mais fracos de uma sociedade tradicional como aos seus chefes e porta-vozes ameaçadores. A necessidade de equidade aponta para as dificuldades fundamentais envolvidas quando se toma o alargamento do multiculturalismo como um fim em si mesmo.

Como este capítulo mostra, a privação da liberdade humana pode surgir de muitas causas e refletir diversas formas de discriminação, envolvendo

influências culturais, políticas e socioeconômicas sobre a vida humana. Nos capítulos seguintes, as diferentes formas de exclusão e as suas implicações na privação humana são extensamente investigadas e avaliadas. Presta-se atenção tanto às características institucionais como aos valores que influenciam profundamente a vida humana.

A importância prática do multiculturalismo e da diversidade cultural está presente nestas análises. O seu mérito, que certamente pode ser muito grande, depende das suas ligações com as liberdades das pessoas envolvidas, incluindo a equidade e a justiça da distribuição das suas liberdades. Esse princípio básico é uma característica central da abordagem do desenvolvimento humano.